

**CICLOS ECONÔMICOS E
MIGRAÇÃO NO ESPÍRITO
SANTO DO SÉCULO XIX AO XXI:
NOVOS CONTEXTOS, VELHOS
CONDICIONANTES**

MARIA CRISTINA DADALTO* 
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO,
VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO, BRASIL
EDNELSON MARIANO DOTA** 
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO,
VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO, BRASIL

RESUMO

Este artigo propõe discutir o processo migratório no Espírito Santo tendo como marco quatro períodos: de 1813 a 1900, quando chegaram os primeiros imigrantes incentivados pela política colonial ao final do ciclo de imigração internacional; de 1910 a 1950, relacionada à expansão das frentes agrícolas colonizadoras do interior do estado com a ampliação da mobilidade nacional intra e interestaduais; de 1960 aos anos de 1990, articulando a política de erradicação do café e os investimentos produtivos nacionais e externos; por fim, a partir dos anos 2000 com o crescimento da indústria do petróleo, incentivado pelo crescimento econômico e populacional, inclusive pelo plano 20-25 estadual. Como resultado, verifica-se que o processo migratório acompanhou e ajudou a forjar a atual estruturação sociodemográfica e econômica do Espírito Santo, fundamental para caracterizar e compreender o atual contexto estadual.

Palavras-chave: Imigração; migração; desenvolvimento socioeconômico; Estado; economia.

ABSTRACT

This article aims to discuss the migratory process in Espírito Santo in four periods: from 1813 to 1900, when the first immigrants encouraged by colonial policy reached the end of the cycle of international immigration; from 1910 to 1950, related to the expansion of colonizing agricultural fronts in the interior of the state with the expansion of intra and interstate national mobility; from 1960 to 1990, articulating the coffee eradication policy and national and foreign productive investments, from 2000 onwards with the growth of the oil industry, driven by economic and population growth, including the 20-25 state plan. Finally, we show that the migration process accompanied and helped to forge the current sociodemographic and economic structure of Espírito Santo, which is essential to characterize and understand the current context of the state.

Keywords: Immigration; migration; socioeconomic development; State; economy.

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e História da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: mcdadalto@gmail.com

** Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: ednelson.dota@ufes.br

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir el proceso migratorio en Espírito Santo en cuatro períodos: de 1813 a 1900, cuando los primeros inmigrantes alentados por la política colonial llegaron al final del intenso ciclo de inmigración internacional; de 1910 a 1950, relacionado con la expansión de los frentes agrícolas colonizadores en el interior del estado con la expansión de la movilidad nacional intra e interestatal; de 1960 a la de 1990, articulando la política de erradicación del café y las inversiones productivas nacionales y extranjeras, finalmente, a partir del 2000 con el crecimiento de la industria petrolera, impulsado por el crecimiento económico y poblacional, incluido el plan estatal 20-25. Como resultado, se encontró que el proceso migratorio acompañó y ayudó a forjar la actual estructura sociodemográfica y económica de Espírito Santo, la cual es fundamental para caracterizar y comprender el contexto actual del estado.

Palabras-clave: Inmigración; migración; desarrollo socioeconómico; Estado; economía.

INTRODUÇÃO

O desenho histórico social e demográfico dos fluxos migratórios no Espírito Santo se encontra divulgado de forma difusa em documentos e artigos publicados por historiadores, sociólogos, demógrafos, geógrafos e economistas, dentre outros pesquisadores em nível regional e nacional. Nesse sentido, o debate do processo migracional no estado é, neste artigo, realizado numa perspectiva demográfica e sócio-histórica em nível macro territorial e busca conciliar essas contribuições e identificar os componentes explicativos desses movimentos.

Nosso objetivo é examinar os fluxos migratórios baseado em quatro fases a partir das suas peculiaridades e contribuições nos períodos subsequentes: de 1813 a 1900, analisando a política de fixação de imigrantes estrangeiros e a mobilidade interestadual; de 1910 a 1950, com grande crescimento migratório inter e intraestadual no período pós-abolicionista e abertura da fronteira norte, vinculado à produção da cafeicultura e da extração de madeira.

O terceiro momento, de 1960 a 1990, marca o êxodo rural como resultado da política de erradicação dos cafezais e um período de intensa emigração em nível estadual com a implementação de novos fluxos migratórios com base na industrialização provocada pelos grandes projetos implantados na Grande Vitória. Tal evento gerou a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Esse período foi constituído pela manutenção dos ciclos de migração inter e intraestadual. Por fim, a mobilidade de 2000 a 2010, realizada com a gestão e implementação do plano estadual conhecido como 20-25 e o crescimento da indústria do petróleo, resultando na abertura comercial da economia do país e das privatizações. Mas também a inserção de 28 municípios do norte do estado na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Fatos que têm fortalecido e modificado os ciclos de migração inter e intraestadual no Espírito Santo.

Nossa hipótese é a de que as políticas estatais foram as principais condicionantes dos fluxos migratórios do Espírito Santo ou que nele se originaram ou se destinaram. Essas políticas impulsionaram o deslocamento da concentração de riquezas do interior, junto à classe rural do estado no período da colonização até os anos de 1960 para a Grande Vitória. Foram elas, em diferentes contextos históricos, que gestaram a transformação sociocultural, econômica e política do estado, sendo a redistribuição espacial da população uma de suas faces.

As transformações que ocorreram após o final da década 1960, marcado pela estruturação industrial e desestruturação da economia no campo, levaram milhares de pessoas a se deslocarem para as áreas urbanas e para outros estados da Federação. O movimento acontecia

em consonância com a transferência relativa da riqueza em nível estadual. Iniciava-se, então, o processo que resulta na concentração da riqueza na capital e nos municípios de seu entorno imediato. Destaca-se, nesse processo, a classe trabalhadora mais qualificada que forjou uma nova divisão social e territorial do trabalho.

Mesmo na RMGV essa divisão é inequívoca: trabalhadores menos qualificados se dirigiram para áreas mais distantes e periféricas, com porções das cidades de Vitória e Vila Velha concentrando os migrantes mais qualificados. A partir dos anos 2000, os novos investimentos, muitos deles derivados de políticas estaduais e federais de incentivos fiscais, permanecem espalhando condições e potencialidades que atuam como base para transformações estruturais no sentido litoral norte. Os fluxos migratórios são fenômenos centrais para a compreensão dessas modificações.

O desafio proposto neste artigo, portanto, reside na reconstrução histórica e demográfica da migração e de seus elementos explicativos estruturais, com destaque para o papel das políticas que esclarecem não apenas os deslocamentos predominantes em cada período, mas, principalmente, são base para a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas do presente.

ELEMENTOS METODOLÓGICOS

O debate concebido tem referencial teórico metodológico na perspectiva história demográfica do Espírito Santo a partir do Oitocentos. Portanto, na fronteira dessas duas áreas de conhecimento. Para tal, utilizamos como fontes historiográficas documentos disponíveis no Arquivo Público do Estado Espírito Santo (APEES) e literatura de referência sobre o processo de construção sociocultural, histórica, política e econômica do estado entre os séculos XIX, XX e início do XXI.

Há de se esclarecer que os estudos migratórios que foram e vêm sendo realizados no Espírito Santo ainda estão muito focados na migração estrangeira. Inclusive é sobre ela que versa a quase totalidade de títulos disponíveis na coleção Canaã, publicada pelo APEES. Complementam essa literatura livros memorialistas, especialmente aqueles escritos por migrantes e descendentes italianos sobre as experiências de vida no período da chegada e estabelecimento no estado.

Complementam essas fontes de informação e orientação deste artigo estudos produzidos pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) — instituição criada com o objetivo de realizar estudos técnicos com vistas a apoiar o planejamento estratégico para subsidiar programas

e projetos de políticas públicas, econômicos e de infraestrutura do estado. As pesquisas demográficas têm como base dados dos recenseamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesse sentido, a periodização proposta no artigo tem como base processos sócio-históricos e demográficos de marcos espaciais e temporais, segundo as transformações socioeconômicas em curso nas fases em tela. Além dos próprios movimentos migratórios enquanto elementos centrais para a delimitação construída, também fica evidenciado que as estruturas e conjunturas aparecem como elementos delimitadores. A exemplo, políticas públicas, investimentos promovidos e mudanças em perspectivas políticas que, ao mudar a forma de atuação governamental, geraram impactos decisivos em elementos nas análises por nós desenvolvidas.

Quanto aos dados históricos, quando disponíveis, buscamos utilizar informações acadêmicas, de modo a trabalhar com os dados mais fiéis aos contextos espaciais e temporais aqui considerados. A periodização proposta tem como base os processos de estruturação e reestruturação da matriz econômica do Estado, cujo movimento teve início em nível nacional na década de 1950 e toma corpo no Espírito Santo no final da década de 1960.

O pressuposto implícito no projeto de aceleração da mudança do modelo de acumulação da economia brasileira previa a inversão de um modelo mais centrado na agricultura para o industrial. No Espírito Santo, a compreensão da necessidade de se adaptar para a transformação econômica em curso começou a ser vislumbrado pelo governador Jones dos Santos Neves (1951-1955). Santos Neves entendia que era necessária a modernização e a preparação do crescimento das décadas vindouras.

Ribeiro² entende que a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codec), em 1959, na administração de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (1959-1961), efetivamente iniciou o planejamento estratégico intentado por Santos Neves. Constituído pela elite empresarial, política e técnica do estado, o Conselho foi o órgão responsável por pensar e estruturar políticas de fomento de modernização da economia capixaba.

O objetivo do Codec era realizar estudos técnicos e industriais com vistas a propor um plano para construção dessa modernização por meio da industrialização e da criação de incentivos fiscais, bem como o atendimento de atividades tradicionais, especialmente as

2 RIBEIRO, D. A. O Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codec). In: SEMANA DE HISTÓRIA UFES, 11., Vitória/ES, 2017. *Anais* [...]. Vitória, 2018. p. 1-17, p. 3, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/UFES/Downloads/tphellipe,+Diones+Augusto+Ribeiro.pdf> Acesso em: 21 dez 2022.

vinculadas à agricultura. Desse modo, as propostas estabelecidas visavam a investimentos de fontes estaduais e federais, tendo como alvo os setores de infraestrutura, diversificação econômica e interesse social³.

A implementação do planejamento produzido pelo Codec provocou uma total transformação social, econômica e espacial na cidade de Vitória e seu entorno em menos de 20 anos. Integralizou esse processo de transformação a disseminação da tecnologia da informação, em nível global a partir dos anos 80. Dupas⁴ assegura que essa inovação obrigou a reestruturação e a revisão das estratégias de produção e distribuição das grandes empresas, tendo como base a intensa competição estabelecida entre os países na liderança econômica capitalista.

Desse modo, neste debate, concentramo-nos no processo migratório e nas taxas de crescimento demográfico ocorridas no Espírito Santo a partir dos anos de 1970. O propósito é tencioná-las na ponderação entre implementação do projeto baseado na atividade da cafeicultura ao industrial. E, em paralelo, a análise da dinâmica do mercado de trabalho. Para a compreensão desse movimento, concentramo-nos nas taxas de crescimento e da migração líquida utilizando os microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

No caso do mercado de trabalho, consideramos a variação da quantidade de pessoas ocupadas segundo o tipo de atividade; a taxa de crescimento de acordo a variação populacional residente ao longo das décadas; e a taxa de migração líquida calculada considerando a intensidade do saldo migratório data-fixa (2005-2010) em relação à população do período intermediário. Essa construção metodológica permitiu apreender os movimentos, as relações e os desafios que a análise em longo prazo coloca para ser empreendida.

ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DE LONGO PRAZO

Na análise da migração de longo prazo, considerando suas continuidades e descontinuidades, buscamos destacar os principais fatores estruturais registrados nos documentos com vistas a compreender as particularidades de cada período. Políticas de imigração de ocupação de fronteiras, de colonização, de investimentos e de facilitação, de regionalização etc. são componentes que elucidam entender os fluxos e deslocamentos nos distintos momentos históricos.

3 Os objetivos setoriais em infraestrutura eram: a) Energia Elétrica; b) Fomento à industrialização; c) Indústria Siderúrgica; d) Reaparelhamento portuário; e) Ferrovias; f) Rodovias e estradas. Dentre as metas, Ribeiro destaca: a) Fundo de crédito rural; b) Desenvolvimento pecuário; c) Programa de armazéns e silos; d) Recuperação de vales úmidos; e) Desenvolvimento cooperativo; f) Levantamento de recursos naturais. As ações de interesse social delimitadas: a) Programas de casas populares; b) Educação; c) Água e esgoto; d) Serviços de saúde pública; e) Saneamento Básico e controle de epidemias (ESPÍRITO SANTO, 1961 *apud* RIBEIRO, 2018, p. 10-11).

4 DUPAS, G. A lógica da economia global e a exclusão social. *Estudos Avançados*, v. 12, n. 34, p. 121-159, 1998. p. 128. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BPsZJHD4Sw7Dwm6ytZMMTjp/?lang=pt> Acesso em: 18 maio 2018.

Esses conteúdos facilitam entender os fluxos de mobilidades em cada período e os resultados construídos e materializados territorialmente. Esse movimento, iniciado no segundo quartel do Oitocentos, com objetivos divergentes entre o Império e a elite rural, foi concebido a partir de dois projetos que se conflitavam. De um lado, o governo imperial considerava ser urgente a colonização de regiões ainda não exploradas, e, do outro, considerava o propósito da elite rural de substituir os escravizados nas plantações de café pelos imigrantes estrangeiros.

Zuleika Alvim⁵ afiança que subliminar ao projeto Imperial encontrava-se o ideal de forjar uma nação mais civilizada e a construção do binômio senhor/escravizado a ser amenizado com a introdução de pequenos proprietários por meio do branqueamento populacional. Embate traduzido na forma na qual o processo foi efetivado com as transformações política, cultural e social no país nos curto e médio prazos.

A partir do final do século XIX e início do XX teve início o deslocamento populacional do vetor rural para o urbano em todo o país. Contexto causado tanto pela economia de exportação que começava a se estruturar quanto pelas dificuldades de expansão e comercialização dos produtos à sustentação do crescimento da população interna. Paul Singer⁶ elucida que esse processo foi fundado na urbanização e na industrialização, cujas desigualdades regionais foram elementos explicativos para as migrações no momento no qual a economia brasileira passa a trabalhar unificada.

Para Cano⁷, a integração da economia, via desconcentração produtiva a partir de São Paulo, criou diferenças do tipo centro-periferia, visto que São Paulo continuava concentrando grande parte das indústrias e da produção nacional com rebatimentos em nível nacional. A partir da década de 1970 novos fluxos, muitos do interior para as capitais dos estados economicamente periféricos, começaram a ganhar relevância.

Evidenciava-se, segundo José Maria P. Cunha e Rosana Baeninger⁸, a desconcentração produtiva e a geração de novas atratividades em outras porções territoriais das periferias da economia nacional. Fatos que, como assinalado por Jorge Rodríguez-Vignoli e Francisco Row, junto às mudanças políticas, alteraram a dinâmica migratória⁹. O contexto brasileiro era similar ao

5 ALVIM, Z. A América e seus descobridores. *Revista USP*, São Paulo, n. 12, p. 68-73, 1992. p. 69. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/n12/fsumario12.html> Acesso em: 15 maio 2014.

6 SINGER, P. I. *Economia política da urbanização*: ensaios. São Paulo: Brasiliense, 1973.

7 CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970*. São Paulo: Unesp, 2007.

8 CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Lãs migraciones internas em el Brasil Contemporáneo. *Notas de Población*, CEPAL/CELADE, Santiago, año XXXII, n. 82, p. 33-52, 2007. p. 32. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/12783> Acesso em: 13 abr. 2016.

9 RODRÍGUEZ-VIGNOLI, J.; ROWE, F. How is internal migration reshaping metropolitan populations in Latin America? A new method and new evidence. *Population Studies*, [s. l.], v. 72, n. 2, p. 253-273, 2018. p. 255. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/taf/rpstxx/v72y2018i2p253-273.html> Acesso em: 23 jun. 2020.

da América Latina, no qual urbanização, industrialização tardia e, mais recentemente, a abertura da economia são bases das transformações.

A década de 1980, marcada por uma crise econômica e as mudanças suscitadas, representaram para José Maria L. Fiore¹⁰ fatores novos de influência da dinâmica migratória. A abertura da economia nacional, as privatizações e o fortalecimento de políticas voltadas aos investimentos formaram os motores das transformações estruturais a partir da década de 1990. As dificuldades de inserção produtiva dos migrantes nas grandes metrópoles reduziram os espaços de atração e repulsão revelando a centralidade da década de 2000¹¹.

Os movimentos inter e intraestaduais continuaram a ocorrer entre os clássicos locais de origem e destino que Fausto Brito¹² compreende como resultantes de uma cultura migratória consolidada no Brasil. Essas mudanças guardaram estreita relação com as perenes desigualdades que seguem consistentes e revelaram a importância de políticas sociais de transferência de renda e de valorização do salário-mínimo. Para Walquiria L. Rego¹³ e José Maria P. Cunha¹⁴, tais políticas têm relevância e consequências imediatas na migração.

As redes sociais migratórias e a dinâmica de vida familiar e individual também ganham destaque como elementos decisivos na tomada de decisão migratória. Além disso, Aude Bernard, Martin Bell e Elin Charles-Edwards¹⁵ e Hein de Haas¹⁶ ressaltam que exemplos como educação formal, união civil, entrada no mercado de trabalho, gravidez e nascimento do(s) filho(s) precisam ser considerados. Para eles, a agência migratória impacta diretamente nas condições de vida, nas perspectivas e na forma desses sujeitos enfrentarem os desafios candentes na macroestrutura social.

10 FIORI, J. L. *O voo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 46.

11 BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, [s. l.], v. 20, n. 39, p. 77-100, 2012. p. 79. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/332> Acesso em: 10 out. 2022.

12 BRITO, F. A transição para um novo padrão migratório no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., Belo Horizonte, 2000. *Anais* [...]. Belo Horizonte, sessão temática 26, p. 1-44, 2000. p. 5. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/981> Acesso em: 20 fev. 2018.

13 REGO, W. L. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 73, p. 147-185, 2008. p. 174. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/FKcMGRtkw4nS5J3qgQPnWBn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 jul. 2016.

14 CUNHA, J. M. P. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des) continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. (org.). *Trajétórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Unesp, 2015. v. 1, p. 279-307. p. 299.

15 BERNARD, A.; BELL, M.; CHARLES-EDWARDS, E. Life-course transitions, and the age profile of internal migration. *Population and Development Review*, [s. l.], v. 40, n. 2, p. 213-239, 2014. p. 216. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/264744828> Acesso em: 25 jul. 2021.

16 DE HAAS, H. Migration, and development: a theoretical perspective. *International migration Review*, [s. l.], v. 44, n. 1, p. 3-66, 2010. p. 26. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com> Acesso em: 20 jul. 2017.

Joaquim Arango¹⁷ entende que a mobilização das cadeias migratórias vincula grupos, famílias ou comunidades no processo migratório, de modo que elas se retroalimentam de trocas de reciprocidade e da circularidade de ideias. Diminescou¹⁸ chama atenção para a intensificação do acesso às plataformas de redes sociais (Facebook, e-mail, Skype, WhatsApp, Instagram, dentre outros) nesses processos. Isso porque elas integram aquilo que a literatura dos estudos migratórios denomina de “capitais sociais migrantes”¹⁹, permitindo a manutenção dos fluxos sem a obrigatoriedade da contrapartida econômica²⁰.

Agrega-se à capacidade articuladora das redes migratória as peculiaridades estabelecidas na construção histórica social e econômica do Espírito Santo. É nessa perspectiva que analisamos, a partir do estoque de migrantes e dos fluxos ora observados, os dados censitários e as pesquisas históricas a partir da primeira década do Oitocentos até os primeiros anos do século XXI. Mas o foco é nos elementos macroestruturais em cada um dos períodos selecionados.

Imigrantes estrangeiros e “brasileiros”

Estabelecido na fronteira entre Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, o Espírito Santo, até meados do Oitocentos, contou com a presença de colonizadores portugueses, indígenas de etnias diversas, escravizados e libertos. A partir do Oitocentos, a pressão internacional pelo fim da escravidão impulsionou a tentativa da construção de uma nova imagem nacional com todo o conteúdo eurocêntrico e racista que a categoria civilizada contém²¹.

No Espírito Santo, levou-se a cabo uma série de ações promovidas pelo Império. O objetivo era iniciar um processo de transformação socioeconômica com incentivo à imigração estrangeira europeia, em paralelo com a expansão da lavoura cafeeira²², cultivada desde 1812. Para Vilma Almada²³, a preocupação do dilatamento da fronteira agrícola fluminense, que encontrava o território espírito-santense como espaço de expansão, também era fator de preocupação. Era premissa na elite rural que o café seria o produto a reintegrar o país à corrente de expansão do comércio mundial.

17 ARANGO, J. La explicación teórica de las migraciones: luz y sombra. *Migración y Desarrollo*, [s. l.], n. 1, p. 1-30, 2003. p. 13. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/660/66000102.pdf> Acesso em: 20 jul. 2017.

18 DIMINESCU, D. The connected migrant: an epistemological manifesto. *Social Science Information. Sage Journals*, v. 47, n. 4, p. 565-579, 2008. p. 566. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0539018408096447> Acesso em: 20 jul. 2017.

19 PORTES, Alejandro. Social capital: Its origin and applications in modern sociology. In: LESSER, E. L. (ed.). *Knowledge and social capital: foundations and applications*. Woburn: Butterworth-Heinemann, 2000. p. 43-57. p. 47.

20 BRITO, 2015, p. 11.

21 DADALTO, M. C.; BENEDUZI, L. F. Nós, o outro e os outros: a constituição multiétnica capixaba no caldeirão cultural do Espírito Santo, Brasil. L'altro sono io. Scritture plurali e letture migranti. *Ca' Foscari di Venezia, Diaspore, Venezia*, p. 93-112, 2020. p. 94. Disponível em: <http://edizionicafoscari.unive.it/edizioni/collane/diaspore> Acesso em: 12 jun. 2023.

22 CELIN, J. L. *Migração europeia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.

23 ALMADA, V. P. F. *Estudos sobre estrutura agrária e cafeeicultura no Espírito Santo*. Vitória: SPDC/UFES, 1993. p. 80.

O processo de crescimento socioeconômico aconteceu diferentemente no sul do estado, com a expansão do cultivo do café por meio das grandes fazendas escravistas²⁴. Na vertente sul do vale do rio Doce e na região central, a produção cafeeira se desenvolveu com o trabalho de imigrantes estrangeiros e nacionais estabelecidos em produção de família. Com a fixação de grupos de imigrantes estrangeiros europeus, sírios, libaneses, asiáticos e americanos²⁵, o processo foi iniciado em 1812/13 com o assentamento de Açorianos²⁶ assentados no sertão de Viana (Tabela 1). A narrativa disseminada entre migrantes e agenciadores nos países de partida era a promessa de colher riquezas.

Nesse mesmo contexto, fixaram-se os migrantes internos: mineiros, fluminenses e nordestinos, deslocados em movimentos diversos e para diferentes espaços do território, mas invisibilizados na historiografia local. Vilma F. Almada²⁷ alerta sobre como ocorreu o deslocamento dos migrantes nacionais por conta própria. Oriundos, sobretudo, de Minas Gerais e do norte fluminense, objetivavam serem empregados ou diaristas nas fazendas de café.

Tabela 1 - Quadro geral dos países de origem da imigração estrangeira ordenados de modo decrescente pelo total de imigrantes. Espírito Santo, séc. XIX e XX

Países	Séc. XIX	Séc. XX	Total
Itália	35.033	1.633	36.666
Alemanha	4.013	853	4.866
Espanha	2.942	527	3.469
Portugal	2.080	1.347	3.427
Polônia	699	898	1.597
Líbano	1	568	569
Áustria	295	131	426
Estados Unidos	167	219	386
San Marino	360	3	363
Holanda	329	13	342
Total	45.919	6.192	52.111

Fonte: APEES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

A ampliação e o robustecimento da produção cafeeira como produto principal da economia influenciaram a dinâmica populacional: até os anos de 1960, o café significou

24 ALMADA, 1993, p. 85.

25 FRANCESCHETTO, C. *Imigrantes Espírito Santo*: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Imigrantes_Livro_21_05_14.pdf. Acesso em: 14 mar. 2017.

26 MARIANO, F. P. *A Festa do Divino em Viana no século XXI*: memórias afetivas na construção de uma açorianidade capixaba. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

27 ALMADA, 1993, p. 82.

entre 60% e 80% da receita capixaba²⁸. Para Wallace Pontes²⁹, a atividade madeireira também contribuiu para a construção dessa dinâmica, apesar de ser tema pouco explorado na literatura sobre o Espírito Santo.

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA NORTE

No primeiro quartel do século XX, a fronteira norte do Espírito Santo passa a ser ocupada por meio de intenso processo de mobilidade predominantemente realizada pela população interna. Nara Saletto³⁰ afiança que são atores desse movimento descendentes de migrantes nacionais e estrangeiros fixados no sul. Também foi intenso o movimento de nacionais que chegaram numa dinâmica que atingiu o auge nos anos 1930 e se prolongou até 1950.

Carlos Eugênio Nogueira³¹ alerta que a colonização na área do vale do rio Doce, parte da fronteira norte do Espírito Santo, é resultado de um projeto gestado no final do século XIX e se manteve por vários governos em sequência. Encetada a partir da construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) em 1902, consolidou “núcleos fixos de ocupação a partir dos quais vão se originar diversos fluxos em direção ao norte e noroeste do estado”³².

Assim, desde a constituição da primeira matriz da sociedade capixaba à fixação dos migrantes estrangeiros e nacionais, deu-se um crescimento em exponencia da população residente. Entre os anos de 1780 e 1950, registrou-se um aumento de aproximadamente 61 vezes, isso porque em 1780 o levantamento governamental indicava a existência de 15,6 mil residentes, e em 1950, 957 mil.

O Gráfico 1 a seguir apresenta o volume de incremento médio anual da população e a taxa de crescimento, indicando que o estado vivenciou momentos de pouca estabilidade. Destaque para o período de 1890 a 1910 e a década de 1960, cuja redução, em comparação com a década anterior e as seguintes, revela o quão importante para a migração foram as políticas implementadas nessas décadas.

28 INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Estrutura Demográfica do Espírito Santo: 1940/2000*. Vitória: IJSN, 1977.

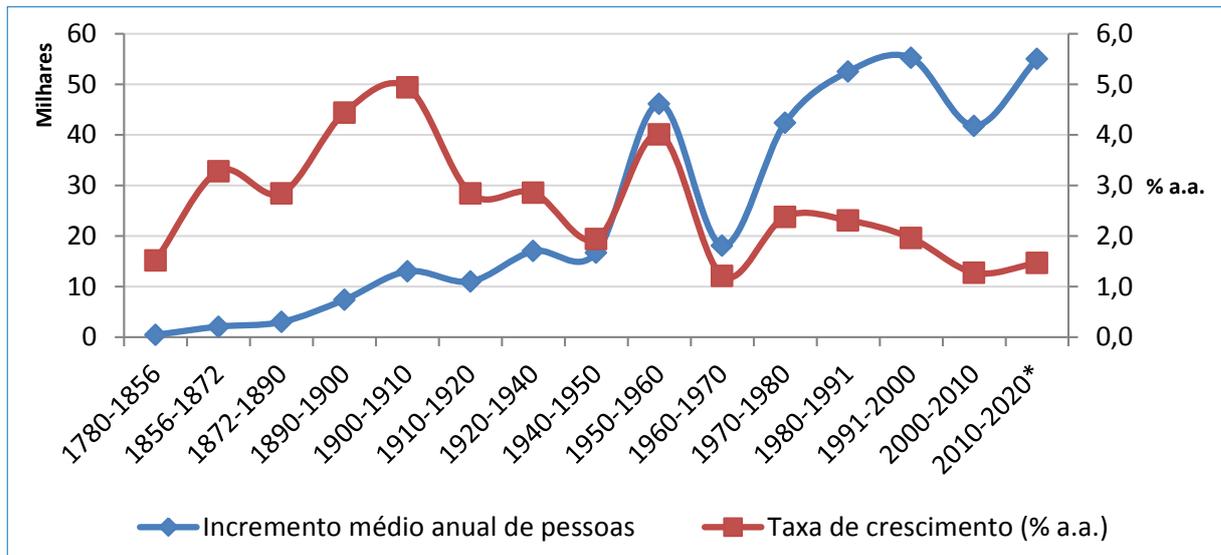
29 PONTES, W. T. *Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1931 - 1970)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

30 SALETTO, N. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização no Espírito Santo*. 2. ed. rev. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011. p. 125. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Donatarios_colonos_indios_jesuistas2.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

31 NOGUEIRA, C. E. Expedições geográficas e formação territorial no Espírito Santo (c. 1943). *Terra Brasilis – Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, [s. l.], n. 13, 2020. p. 24. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/6133>. Acesso em: 18 abr. 2022.

32 NOGUEIRA, 2020, p. 4

Gráfico 1 - Incremento médio anual de pessoas e taxa geométrica de crescimento médio anual da população. Espírito Santo, 1780-2020³³



Fonte: IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves. Estrutura demográfica do Espírito Santo 1940/2000. Espírito Santo: IJSN, 1977. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA - Série histórica do Censo Demográfico de 1872 a 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da população de 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

Os projetos espaciais implementados objetivavam ocupar, tanto demográfica quanto economicamente, os territórios denominados como “vazios demográficos”³⁴. Ao adotar a compreensão desse conceito imaginário, criado pelo Império para invisibilizar os indígenas, os verdadeiros senhores da terra, Vânia Moreira entende que se concebeu nova maneira de se olhar para as florestas exuberantes do país: a de um lugar desabitado por pessoas, pronto a ser usufruído pelos colonos europeus recém-chegados ao país.

Vilma Almada afiança que esse modelo impulsionou a migração³⁵ consolidando a característica fenotípica e genotípica sociocultural da população estadual. Levantamento do Censo de 1940 indica, nesse período, um número de 106,4 mil habitantes. Quantidade que significa que 14,4% do total da população do Espírito Santo era de outros estados da Federação, sendo que desse total, 86,3% (92,0 mil) eram mineiros e fluminenses. Já no censo de 1950, mostra 93,1 mil pessoas nascidas fora do estado, 11% do total de habitantes migrantes.

Notável observar que o crescimento populacional se dá principalmente com nacionais vindos das áreas de fronteira do estado que continham população muito superior quantitativamente

33 Há divergência nos dados segundo a fonte pesquisada. Aqui optamos por utilizar os últimos resultados apresentados, por se tratar de revisões daqueles inicialmente apresentados.

34 MOREIRA, V. M. L. Vazios demográficos ou territórios indígenas? *Dimensões*, Vitória, v. 11, p. 137-144, 2000. p. 139. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2332/1828> Acesso em: 20 jun. 2020.

35 ALMADA, 1993, p. 15.

do estado. Destaca-se, nesse ínterim, que o IBGE excluiu do recenseamento de 1940 e 1950 o total de habitantes da região da Serra dos Aimorés, tendo em vista um persistente litígio entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

A região contestada mineira-capixaba³⁶ abrangia municípios dos dois estados, perfazendo uma área total de 10.137 km. De acordo com Edmilton Silva e Maria Cristina Dadalto³⁷, os anos 1930 foram marcados pelo intenso fluxo de correntes migratórias para a região. Os migrantes buscavam alcançar as terras banhadas pelos rios Cotaxé e Cricaré atraídos pela qualidade das madeiras e terras agricultáveis.

Esse processo contou com grande deslocamento populacional de mineiros e baianos³⁸, bem como registrou a fixação de 742 migrantes poloneses em Águia Branca, constituindo o *último projeto de política migratória estabelecida* pelo governo do Espírito Santo por meio de um acordo com a Sociedade de Colonização de Varsóvia. Esse movimento refletiu na ampliação da produção cafeeira do estado. Os dados de 1960 demonstram que o vale do Rio Doce detinha, na época, 59,4% do total dos cafeeiros em produção das regiões analisadas e 60% de novos³⁹.

É nessa década que o Governo Federal implantou o programa de erradicação da lavoura de café e provocou a reestruturação forçada da economia do Espírito Santo. Como consequência, observou-se um movimento migratório intenso que inverteu totalmente o “balanço” entre população urbana e rural no estado. Em paralelo, também ocorria um processo emigratório intenso de retorno de migrantes nacionais para seus locais de partida.

1960: POLÍTICAS QUE MARCARAM O DESLOCAMENTO PARA O URBANO

A experiência migratória do Espírito Santo, associada ao crescimento urbano e à industrialização comparada aos demais estados do Sudeste, ocorreu em escala e ordenamento bastante peculiares. No estado, o crescimento do vetor rural-urbano dirigido para a capital, causado por fatores predominantemente repulsores, teve início antes do processo de industrialização⁴⁰.

36 VILAÇA, A. Prefácio. In: DADALTO, M. C.; MARLOW, S. L. (org.). *Lugares e pessoas: movimentos migratórios no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Bonecker, 2019. p. 9-15. p. 14.

37 SILVA, E.; DADALTO, M. C. Ação policial, política, luta camponesa e violência na região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais. *Revista de História Regional*, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 123-143, 2020. p. 124. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr> Acesso em: 18 jan. 2021.

38 SILVA; DADALTO, 2021, p. 125.

39 ALMADA, 1993, p. 42.

40 CASTIGLIONI, A. H. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. *Geografares*, Vitória, n. 7, p. 93-110, 2009. p. 99. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275249337_Mudancas_na_estrutura_demografica_do_Espirito_Santo_ocorridas_durante_a_segunda_metade_do_seculo_XX Acesso em: 3 fev. 2023.

Também as dinâmicas de modernização industrial e de urbanização encetadas nos anos 70, tardiamente se comparadas a outros estados, promoveram profundos reflexos socioeconômicos e espaciais. Reproduziu-se no estado o padrão de crescimento explosivo das periferias abandonadas ou da favelização que testemunharam os cidadãos residentes nas grandes cidades brasileiras⁴¹.

Esse processo, em grande medida intraestadual, diferencia o Espírito Santo do contexto local de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente. Os anos de 1940 a 1970 são exemplos significativos dessas mudanças. A população urbana passou de 158 mil para 721,9 mil habitantes, crescimento de 5,2% ao ano⁴². Tal cenário teve como base o êxodo rural, que promoveu um deslocamento populacional de 150 mil pessoas até os anos de 1970⁴³.

De acordo com os dados da Instituto Jones dos Santos Neves⁴⁴, na década de 1940 a migração ampliou 40,7% do crescimento demográfico do estado, aumentando para 53,3% no período seguinte (1950). Contudo, com a política de erradicação dos cafezais — e suas consequências de queda de emprego e renda —, o saldo migratório estadual foi negativo na década de 1960 em 79,3 mil pessoas, invertendo o observado nas décadas anteriores.

Esse êxodo rural na década de 1960 originou um deslocamento total de 205,5 mil pessoas, representando 13,6% do total da população estimada no meio do período (1965). Dessas pessoas, 79,3 mil se deslocaram para outros estados, outras 126,2 mil para a Grande Vitória, significando 67,2% do incremento populacional na década. Dos 53 municípios constituídos à época, em 23 deles houve redução da população, sobretudo no norte do estado⁴⁵. Situação que permaneceu nas décadas seguintes, sobretudo nos municípios a oeste, com dinâmica econômica marcadamente rural⁴⁶.

No início dos anos de 1960, foi implementada a política de modernização e desenvolvimento industrial. Danielle Fortunato⁴⁷ destaca que o aporte de recursos provenientes das indenizações dos cafezais promoveu liquidez à economia capixaba. Foram esses recursos,

41 MARICATO, E. Posfácio. In: DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 244.

42 INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 1977.

43 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (SEPLAN). *Migrações Internas no Espírito Santo*. Vitória: Seplan, 1979.

44 Dados estimados. Nesse estudo, o IJSN (1977) utilizou o método das componentes (sexo e idade) ao considerar que era o melhor para o caso do Espírito Santo. Partiu, assim, de algumas hipóteses sobre o comportamento da natalidade, da mortalidade e das migrações para projetar a população estadual até o ano 2000 por sexo e idade.

45 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1979.

46 CASTIGLIONI, A. H. Transição migratória e urbana no estado do Espírito Santo-1950 a 2010. *Caminhos de Geografia*, [s. l.], v. 20, n. 72, p. 33-53, 2019. p. 38. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/41307/27555/216065> Acesso em: 1 fev. 2020.

47 FORTUNATO, D. O. B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. *Dimensões*, Vitória, v. 27, p. 40-62, 2011. p. 43. Disponível em: www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2582/2078+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso em: 20 jul. 2017.

aliados à mão de obra vinda do campo, os pilares da industrialização alterando a estrutura econômica do Espírito Santo. Com a instalação de plantas industriais na região da Grande Vitória, deu-se o direcionamento do estado ao padrão industrial internacional.

O impacto da implantação dessas plantas concentrou o crescimento urbano majoritariamente no entorno de Vitória. Em 2001, a região foi oficializada como Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), contando com os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha, além da capital Vitória. O acréscimo populacional entre os anos de 1970-2010 ultrapassou os 300%: passando de 418,2 mil habitantes para 1,687 milhão. Percentualmente, a RMGV concentrava, em 2010, 48% da população total do Espírito Santo.

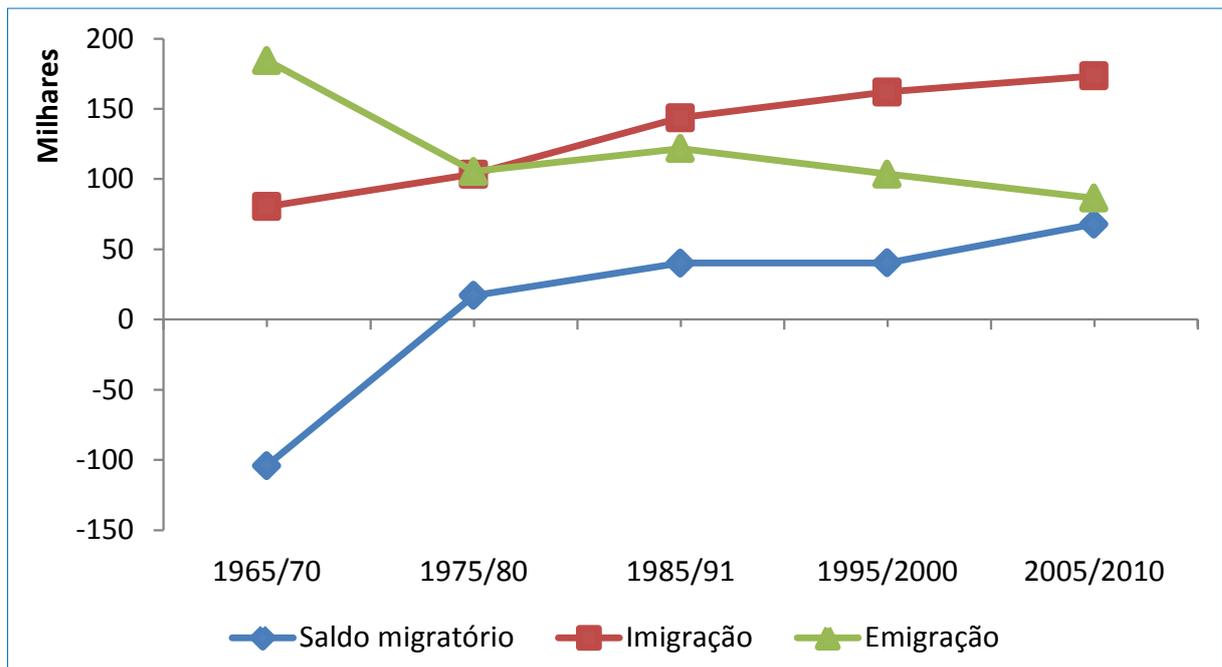
Configurou-se, portanto, uma mudança estrutural. No período de 1970-1977, o crescimento do setor agrícola no Espírito Santo foi, tão somente, de 1,6%; e no Brasil, de 5,8%. Por outro lado, a indústria apresentou aumento de 22%; no Brasil, 11,7%. Já o setor de serviços ampliou para 14,9%, mas o modelo adotado absorveu pouca mão de obra. Fenômeno que tem como base a redução da participação do setor industrial na geração de empregos de 13,6% em 1970 para 11,3% em 1977, contudo, a renda interna do setor ter crescido de 18,2% em 1970 para 27,2%, em 1976⁴⁸. Discrepância que ilumina a desigualdade implementada pelo modelo de crescimento em curso.

Os efeitos que essa transformação provoca nas trocas migratórias a partir de 1960 são evidenciadas no Gráfico 2 a seguir. Elas indicam, ao longo do período, aumento gradativo da imigração e redução da emigração, cujo ápice foi no período da erradicação dos cafezais. As décadas pós-1980 destacam outras sinalizações: incremento dos fluxos migratórios de curta distância, com destaque para os intraestaduais, e das migrações de retorno⁴⁹.

48 FORTUNATO, 2011, p. 43.

49 CASTIGLIONI, 2019, p. 38.

Gráfico 2 - Imigração, emigração e saldo migratório interestadual. Espírito Santo, 1965-70 a 2005-2010



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA – Série histórica do Censo Demográfico de 1872 a 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Estudo produzido pelo Instituto Jones dos Santos Neves⁵⁰ para os anos de 1980/90 identificou os mesmos fatores distintivos na década de 1980, já indicando a ampliação da imigração nas décadas seguintes. As alterações estruturais da economia capixaba, com a implantação de grandes indústrias, paralelamente ao desempenho da dinâmica econômica nacional, implicaram nesse resultado, avaliaram os estudiosos.

Situação que não ficou restrita ao Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro vivenciavam o mesmo processo⁵¹, mas partir do final dos anos de 1990, quando teve início um reordenamento e aprofundamento dessa marcha de crescimento econômico. Arlindo Vilaschi e Edimilson Silva Felipe⁵² asseguram que o estado despontou com uma estrutura produtiva razoavelmente diversificada, tanto em termos setoriais como territoriais. Essa guinada teve como base a privatização de importantes empresas estatais.

50 INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Movimentos migratórios no estado do Espírito Santo – 1986-1991*. Vitória: IJSN, 2003.

51 INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN), 2003.

52 VILLASCHI, Arlindo; FELIPE, Edimilson Silva. O global e o local: interações e conexões no desenvolvimento do Estado do Espírito Santo — Anotações para o debate. *SINAIS*, Vitória, n. 9, p. 167-202, 2011. p. 172. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2784> Acesso em: 23 ago. 2019.

O NOVO SÉCULO E O CENÁRIO POPULACIONAL

José M. Fiori⁵³ entende que essa reviravolta resulta da crise da década de 1980, que colocou o Estado brasileiro como agente responsável pelas dificuldades conjunturais que se somam, em nível internacional, à dinâmica das *commodities* na década de 2000. Por outro lado, os incentivos governamentais deram fôlego competitivo ao Espírito Santo. A se ressaltar o papel desempenhado pelo setor de petróleo e gás, que investiu fortemente no estado, tanto pelo histórico de produção em terra (*onshore*) quanto pelas novas descobertas de petróleo no mar (*offshore*), no pré-sal.

O Espírito Santo, detentor de importante infraestrutura instalada, dentre as quais a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) em Anchieta e Linhares, insere-se na rede de produção do petróleo nacional⁵⁴, inclusive com construção e ampliação de portos e terminais diversos. O estaleiro Jurong, em Aracruz, tem sido o segundo maior produtor de exportação dessas *commodities*, estando atualmente na terceira posição, após Rio de Janeiro e São Paulo.

Cláudio Zanotelli *et al.*⁵⁵ consideram que os investimentos do setor de petróleo, justamente pelo alto grau de sofisticação da atividade fim e da configuração espacial específica entremeadada entre terra e mar, fortalece a integração do estado com o Rio de Janeiro, centro de comando da Petrobrás. Num primeiro momento, a flexibilização do monopólio da Petrobrás forçou uma mudança da estratégia da empresa que incrementou a produção de petróleo e de gás natural no Espírito Santo.

Os desinvestimentos e a venda de negócios da Petrobrás recentemente, contudo, têm provocado a terceirização da produção de campos antes centrais, com impactos ainda não mensurados. Francismar C. Ferreira, em artigo publicado em maio de 2020⁵⁶ e em dezembro do mesmo ano⁵⁷, destaca que tal fato não permite clareza sobre os rumos da Petrobrás em território capixaba, nem mesmo sobre os impactos econômicos e sociais em curso.

53 FIORI, 2003, p. 68.

54 AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (ANP). *Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural – Circulação Externa*. [s. l.]: ANP, jul. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-anp/boletins/arquivos-bmppgn/2020/2020-06-boletim.pdf> Acesso em: 10 mar. 2023.

55 ZANOTELLI, C. L. *et al.* Bacia urbano-regional do petróleo: a zona costeira do Espírito Santo associada ao estado do Rio de Janeiro. *Confins*, [s. l.], n. 41, p. 1-20, 2019. p. 9. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/21754> Acesso em: 10 abr. 2022. VILASCHI; FELIPE, 2011, p. 78.

56 FERREIRA, F. C. A hibernação como reforço da política de descaso e entrega da Petrobras. *Blog do Roberto Moraes*, Campos, p. 1-1, 8 maio 2020a. Disponível em: <http://www.robortomoraes.com.br/2020/05/a-hibernacao-como-reforco-da-politica.html> Acesso em: 17 set. 2020

57 FERREIRA, F. C. Nota de pesquisa: a privatização da Petrobras. *Geografares*, Vitória, n. 31, p. 309–334, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/33516> Acesso em: 9 dez. 2020.

Em consequência, verifica-se no estado maior dispersão territorial das unidades industriais, configurando nova fase da industrialização, com apoio de incentivos fiscais, tanto para políticas estaduais — a exemplo o Invest-ES a partir de 2003 — como a entrada de 28 municípios na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1998. Isso num contexto de reestruturação produtiva, tanto pela dinâmica territorial quanto pelas relações de subordinação estabelecidas com outros países e outros estados brasileiros⁵⁸.

Conforme Claudeci P. Neto,⁵⁹ o porte dos investimentos implantados no Espírito Santo com incentivos se destaca na área de abrangência da Sudene. Ednelson M. Dota e Francismar C. Ferreira⁶⁰ asseguram que a concentração das condições gerais de produção — infraestrutura rodoviária, portuária, dutoviária, linhas de transmissão de energia etc. — entre a RMGV e São Mateus, ao norte, incluindo Aracruz e Linhares, foram fatores definidores para as novas dinâmicas econômico-espaciais do estado.

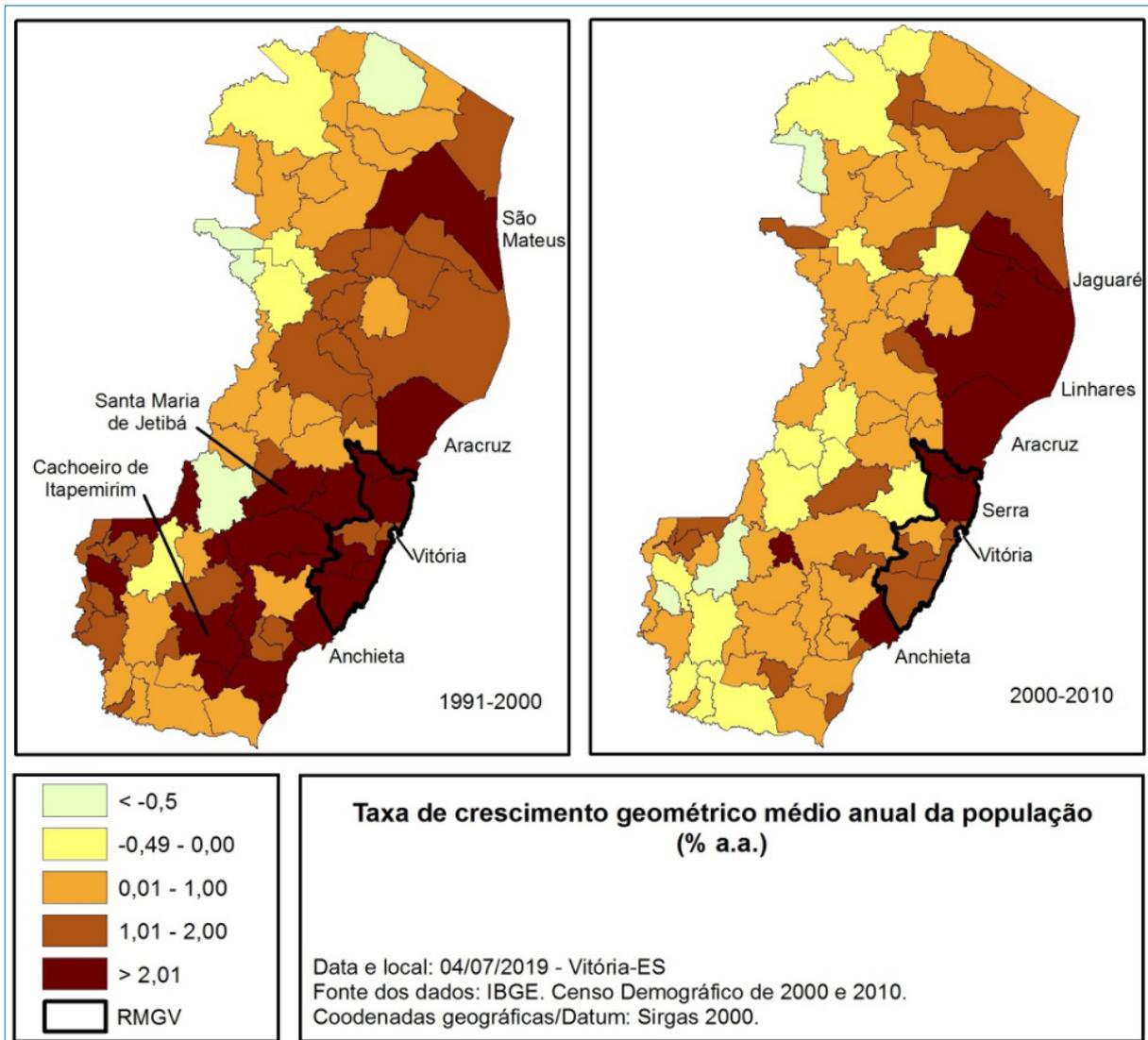
Essas situações impactaram decisivamente a dinâmica dos fluxos migratórios e o crescimento demográfico do Espírito Santo entre as décadas de 1990 e 2000 (Mapa 1). Na década de 1990, o crescimento se concentrava entre os municípios da RMGV, no litoral sul, alguns municípios da região serrana e de Cachoeiro de Itapemirim — um dos maiores do interior — e seus vizinhos. Na década seguinte (2000-2010), o movimento se desloca para o litoral norte do estado, desde Serra, RMGV, até Jaguaré.

58 DOTA, E.; FERREIRA, F. Dinâmica econômica e urbano-regional no Espírito Santo: reestruturação produtiva e deslocamentos populacionais. *EURE*, [s. l.], v. 49, n. 146, p. 1-22, 2023. p. 8. Disponível em: <https://doi.org/10.7764/EURE.49.146.03> Acesso em: 9 dez. 2020.

59 PEREIRA NETO, C. *A migração para o bairro Planalto, no município de Linhares, determinada por fatores econômicos e potencializada pelas redes migratórias*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

60 DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. Evidências da metropolização do espaço no século XXI: elementos para identificação e delimitação do fenômeno. *Cadernos Metrópoles*, São Paulo, v. 22, n. 49, p. 893-912, 2020. p. 6. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/QZBYp5kPZbXyVBvgzB5cLzk/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 fev. 2023.

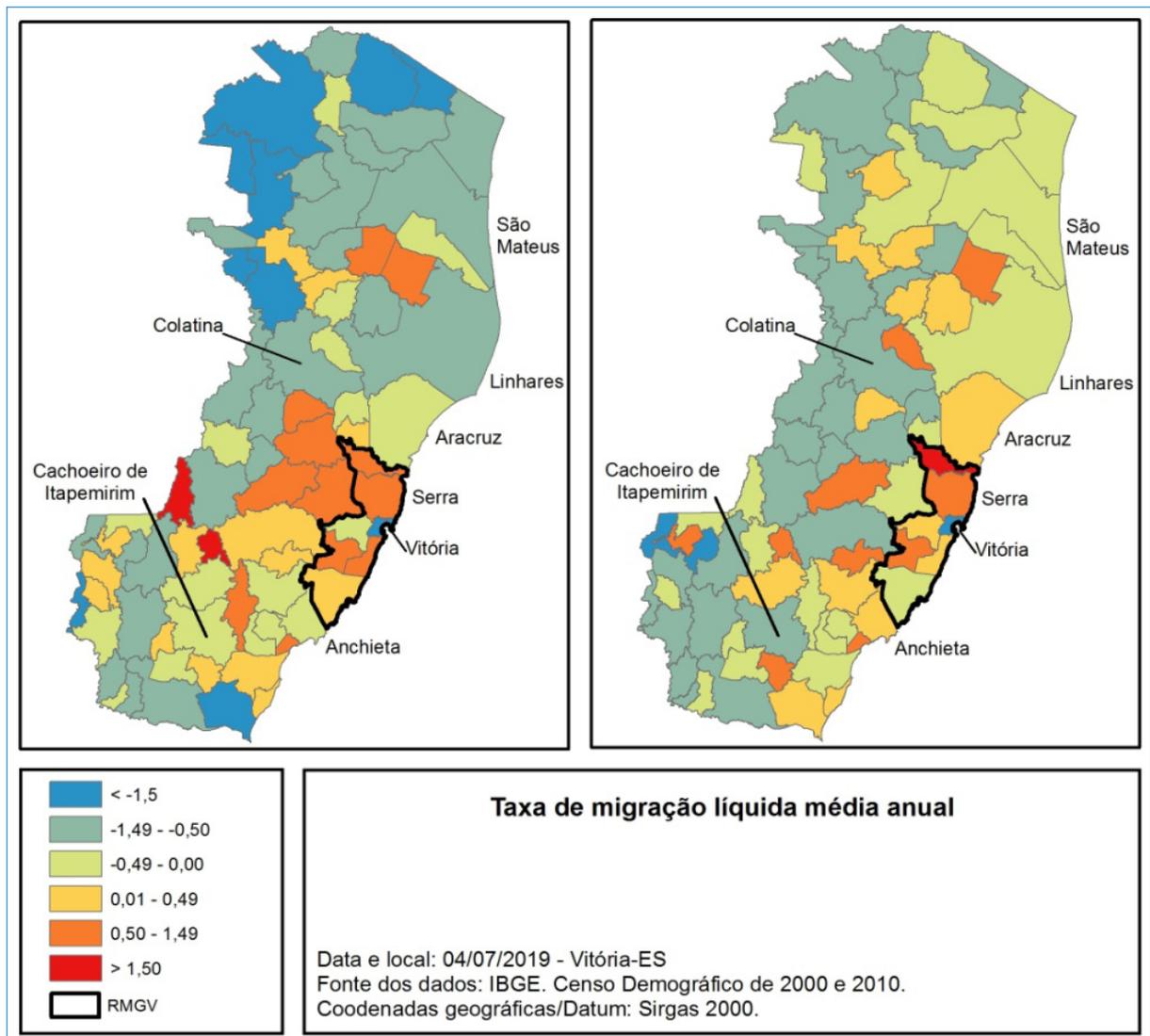
Mapa 1 - Taxa de crescimento geométrico médio anual (% a.a.). Municípios do Espírito Santo, 1991-2000 e 2000-2010



Fonte: Lagedep - Laboratório de análises geográficas, demográficas e da população do Departamento de Geografia da UFES, 2019.

A mudança no crescimento demográfico resulta da modificação em todas as modalidades dos fluxos migratórios num emaranhado de novos processos e deslocamentos que estabeleceram modificações dos saldos migratórios, expressos nas taxas de migração líquida. No Mapa 2 demonstramos como os municípios do litoral norte deixaram de apresentar taxas líquidas negativas na década de 2000. Tal movimentação aponta para maior retenção da migração em comparação com a década anterior.

Mapa 2 - Taxa de migração líquida média anual. Municípios do Espírito Santo, 1991-2000 e 2000-2010



Fonte: Lagedep - Laboratório de análises geográficas, demográficas e da população do Departamento de Geografia da UFES, 2019.

Para além das alterações quantitativas observadas acima, novos fluxos e relações socioeconômicas estão emergindo. Elas estão colocando a região norte do Espírito Santo, principalmente a costeira, como novo polo de atração migratória em nível nacional. Dentre as mudanças, cabe destacar o aumento de 27,3% na mobilidade pendular para o litoral norte entre 2000 e 2010 com origem na RMGV, bem como o aumento de imigrantes da RMGV, num processo que se assemelha à expansão da metropolização para o norte da região metropolitana oficialmente constituída⁶¹.

Outra evidência das transformações é a taxa de crescimento da população ocupada nos setores da atividade (Tabela 2): a região costeira norte foi a que apresentou maior crescimento

61 DOTA; FERREIRA, 2023, p. 9.

no período (2000-2010), com 3,75 % a.a. no total, e maior taxa em praticamente todos os setores de atividade, seguido pela RMGV. O destaque é o crescimento do setor secundário (indústria), que tem por característica influenciar o crescimento dos outros setores, numa dinâmica de “arrasto” que vai além do próprio setor.

Tabela 2 - Taxa de crescimento geométrica média anual (% a.a.) da população ocupada segundo setores de atividade. Recortes territoriais selecionados, Espírito Santo, 2000/2010

Regiões	Agricultura	Indústria	Serviços (I)	Comércio (II)	Setor público (III)	Total terciário (I+II+III)	Outros	Total
RMGV	-1,6	2,76	2,98	2,45	3,31	2,87	28,06	3,29
Costa Norte	0,39	4,28	4,53	4,18	3,26	4,32	26,39	3,75
Costa Sul	-0,28	1,99	2,62	3,14	4,98	2,95	16,29	2,43
Interior	-0,82	2,67	2,96	3,77	2,74	3,15	24,97	1,47
Total	-0,69	2,82	3,09	3,02	3,26	3,09	25,91	2,61

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

A dinâmica migratória nesse último período, assim como nos anteriores, acompanha a econômica. A novidade a ser ressaltada é o crescimento na porção norte do estado, principalmente os municípios litorâneos, como principal ponto de atração. A industrialização recente, em tempos de reestruturação produtiva, aparece como principal fator mobilizador. Mas os resultados sociais dessa dinâmica ainda não são bem conhecidos e devem ser acompanhados pelo governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração recente no Espírito Santo tem acompanhado a dinâmica espacial produtiva que, nas últimas décadas, é mais móvel e flexível do que no período fordista no contexto global. Esse deslocamento acontece a partir da estruturação construída em períodos anteriores, nos quais políticas estatais de investimento de um lado e de “desinvestimento” do outro forjaram a reestruturação econômica e da dinâmica espacial da população de modo intenso.

A reestruturação da matriz produtiva industrial dos anos de 1970 demarcou uma profunda descontinuidade do processo histórico econômico do estado, prevalecendo até o final da década de 1960. Note-se que até o final de 1960 ela era baseada em atividades agropecuárias: café, sobretudo, além de pastagens para gado e da exploração da madeira, cujo ciclo de desmatamento também se esgotou no mesmo período.

A fase de crescimento econômico do estado, pós consolidação da matriz industrializadora implantada na década de 1970, encontrou após o início do século XXI novas frentes de expansão. Esta, agora, mais centrada no deslocamento sul-norte e que conta com forte papel do Estado enquanto viabilizador. Isto diretamente, por meio das políticas de incentivo como as da Sudene e Invest-ES. E indiretamente por meio dos investimentos de empresas mistas sob controle estatal, como a Petrobrás.

O papel do Estado na conformação das migrações — redistribuição interna da população e dinâmica espacial —, fica, dessa maneira, evidenciado. Revela sua força, não apenas como agente articulador de políticas, mas também como viabilizador de condições de vida e perspectivas da população e das relações estabelecidas no tempo e no espaço. Nesse sentido, a importância de desenvolver as políticas públicas sociais.

A migração, como fenômeno social intimamente relacionado com a construção socioeconômica e política do estado, afeta a vida cotidiana e mostra-se como um fator de análise dos períodos históricos. Quando articulada a processos de crescimento, com suporte no modelo neoliberal capitalista vigente, traz consigo efeitos deletérios em termos de desigualdade social, ampliação da pobreza, favelização, afetando nativos e migrantes.

O modelo neoliberal e a financeirização global buscam equilibrar aumento de produtividade e maximização de lucros resultando na redução e precarização dos postos de trabalho. Modo geral, observamos em todo o planeta migrantes aspirando mobilidade social nos espaços territoriais nos quais acreditam que terão mais oportunidades. Por isso, entender os diferentes fluxos e seus resultados, em termos de saldo migratório, é importante por serem indicadores das condições de vida, de sobrevivência e das perspectivas apresentadas à população no seu espaço de vida.

A fluidez do tempo presente, somada às incertezas dos resultados econômicos, sociais e políticos da pandemia da Covid-19 e da potencialização das atividades das tecnologias digitais, torna impossível qualquer tipo de previsão do que acontecerá em nível micro e macrorregional, nacional e internacional. Contudo, reforça a necessidade de acompanhar e analisar a migração enquanto fenômeno que sintetiza em si mesmo muitos processos. Eles abrangem desde elementos macroestruturais, como os focados neste artigo, até ingredientes individuais relacionadas à visão de mundo e das construções socioculturais.

REFERÊNCIAS

Fontes

APEES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória: APEES, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico de 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Projeção da população de 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA - Série histórica do Censo Demográfico de 1872 a 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves. *Estrutura demográfica do Espírito Santo 1940/2000*. Espírito Santo: IJSN, 1977.

LAGEDEP - Laboratório de análises geográficas, demográficas e da população do Departamento de Geografia da UFES, 2019.

Obras gerais

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (ANP). *Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural – Circulação Externa*. [s. l.]: ANP, jul. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-anp/boletins/arquivos-bmppgn/2020/2020-06-boletim.pdf> Acesso em: 10 mar. 2023.

ALMADA, V. P. F. *Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo*. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

ALVIM, Z. A América e seus descobridores. *Revista USP*, São Paulo, n. 12, p. 68-73, 1992. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/n12/fsumario12.html> Acesso em: 15 maio 2014.

ARANGO, J. La explicación teórica de las migraciones: luz y sombra. *Migración y Desarrollo*, [s. l.], n. 1, p. 1-30, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/660/66000102.pdf> Acesso em: 20 jul. 2017.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, [s. l.], v. 20, n. 39, p. 77-100, 2012. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/332> Acesso em: 10 out. 2022.

BERNARD, A.; BELL, M.; CHARLES-EDWARDS, E. Life-course transitions, and the age profile of internal migration. *Population and Development Review*, [s. l.], v. 40, n. 2, p. 213–239, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/264744828> Acesso em: 25 jul. 2021.

BRITO, F. A transição para um novo padrão migratório no Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., Belo Horizonte, 2000. *Anais* [...]. Belo Horizonte, sessão temática 26, p. 1-44, 2000. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/981> Acesso em: 20 fev. 2018.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970*. São Paulo: Unesp, 2007.

CASTIGLIONI, A. H. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. *Geografares*, Vitória, n. 7, p. 93-110, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275249337_Mudancas_na_estrutura_demografica_do_Espirito_Santo_ocorridas_durante_a_segunda_metade_do_seculo_XX Acesso em: 3 fev. 2023.

CASTIGLIONI, A. H. Transição migratória e urbana no estado do Espírito Santo-1950 a 2010. *Caminhos de Geografia*, [s. l.], v. 20, n. 72, p. 33-53, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/41307/27555/216065> Acesso em: 1 fev. 2020.

CELIN, J. L. *Migração europeia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.

CUNHA, J. M. P. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des) continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Unesp/CEM, 2015.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Lãs migraciones internas em el Brasil Contemporáneo. *Notas de Población*, CEPAL/CELADE, Santiago, año XXXII, n. 82, p. 33-52, 2007. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/12783> Acesso em: 13 abr. 2016.

DADALTO, M. C.; BENEDUZI, L. F. Nós, o outro e os outros: a constituição multiétnica capixaba no caldeirão cultural do Espírito Santo. Brasil. L'altro sono io. Scritture plurali e letture migranti, *Ca`Foscari di Venezia*, Diaspore, Venezia, p. 93–112, 2020. Disponível em: <http://edizionicafoscari.unive.it/it/edizioni/collane/diaspore> Acesso em: 23 abr. 2022.

DE HAAS, H. Migration, and development: a theoretical perspective. *International Migration Review*, [s. l.], v. 44, n. 1, p. 3-66, 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com> Acesso em: 20 jul. 2017.

DIMINESCU, D. The connected migrant: an epistemological manifesto. *Social Science Information. Sage Journals*, v. 47, n. 4, p. 565-579, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0539018408096447> Acesso em: 20 jul. 2017.

DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. Evidências da metropolização do espaço no século XXI: elementos para identificação e delimitação do fenômeno. *Cadernos Metrôpoles*, São Paulo, v. 22, n. 49, p. 893-912, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/QZBYp5kPZbXyVBvgzB5cLzk/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 fev. 2023.

- DOTA, E.; FERREIRA, F. Dinâmica econômica e urbano-regional no Espírito Santo: reestruturação produtiva e deslocamentos populacionais. *EURE*, [s. l.], v. 49, n. 146, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.7764/EURE.49.146.03> Acesso em: 9 dez. 2020.
- DUPAS, G. A lógica da economia global e a exclusão social. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 121-159, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BPsZJHD4Sw7Dwm6ytZMMTjp/?lang=pt> Acesso em: 18 maio 2018.
- FERREIRA, F. C. Nota de pesquisa: a privatização da Petrobras. *Geografares*, Vitória, n. 31, p. 309-334, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/33516> Acesso em: 9 dez. 2020.
- FIORI, J. L. *O vó da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- FORTUNATO, D. O. B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. *Dimensões*, Vitória, v. 27, p. 40-62, 2011.
- FRANCESCHETTO, C. *Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Imigrantes_Livro_21_05_14.pdf Acesso em: 14 mar. 2017.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Estrutura Demográfica do Espírito Santo: 1940/2000*. Vitória: IJSN, 1977.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Movimentos migratórios no estado do Espírito Santo – 1986-1991*. Vitória: IJSN, 2003.
- MARIANO, F. P. *A festa do Divino em Viana no século XXI: memórias afetivas na construção de uma açorianidade capixaba*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.
- MARICATO, E. Posfácio. In: DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MOREIRA, V. M. L. Vazios demográficos ou territórios indígenas? *Dimensões*, Vitória, v. 11, p. 137-144, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2332/1828> Acesso em: 20 jun. 2020.
- NOGUEIRA, C. E. Expedições geográficas e formação territorial no Espírito Santo (c. 1943). *Terra Brasilis – Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, [s. l.], n. 13, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/6133> Acesso em: 18 abr. 2022.
- PEREIRA NETO, C. *A migração para o bairro Planalto, no município de Linhares, determinada por fatores econômicos e potencializada pelas redes migratórias*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.
- PONTES, W. T. *Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1931 - 1970)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) –

Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

PORTES, A. Social capital: Its origin and applications in modern sociology. In: LESSER, E. L. (ed.). *Knowledge and social capital: foundations and applications*. Woburn: Butterworth-Heinemann, 2000. p. 43-57.

REGO, W. L. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 73, p. 147-185, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/FKcMGRtkw4nS5J3qgQPnWBn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 jul. 2016.

RIBEIRO, D. A. O Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codec). In: SEMANA DE HISTÓRIA UFES, 11., Vitória/ES, 2017. *Anais [...]*. Vitória, 2018. p. 1-17, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/UFES/Downloads/tphellipe,+Diones+Augusto+Ribeiro.pdf> Acesso em: 21 dez. 2022.

RODRÍGUEZ-VIGNOL, J.; ROWE, F. How is internal migration reshaping metropolitan populations in Latin America? A new method and new evidence. *Population Studies*, [s. l.], v. 72, n. 2, p. 253-273, 2018. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/taf/rpstxx/v72y2018i2p253-273.html> Acesso em: 23 jun. 2020.

SALETTTO, N. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização no Espírito Santo*. 2. ed. rev. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Donatarios_colonos_indios_jesuistas2.pdf Acesso em: 20 maio 2021.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (SEPLAN). *Migrações Internas no Espírito Santo*. Vitória: Seplan, 1979.

SILVA, E.; DADALTO, M. C. Ação policial, política, luta camponesa e violência na região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais. *Revista de História Regional*, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 123-143, 2020. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr> Acesso em: 18 jan. 2021.

SINGER, P. I. *Economia política da urbanização: ensaios*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
VILAÇA, A. Prefácio. In: DADALTO, M. C.; MARLOW, S. L. (org.). *Lugares e pessoas: movimentos migratórios no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Bonecker, 2019. p. 9-15.

VILLASCHI, A.; FELIPE, E. S. O global e o local: interações e conexões no desenvolvimento do Estado do Espírito Santo — Anotações para o debate. *SINAIS*, Vitória, n. 9, p. 167-202, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2784> Acesso em: 23 ago. 2019.

ZANOTELLI, C. L *et al.* Bacia urbano-regional do petróleo: a zona costeira do Espírito Santo associada ao estado do Rio de Janeiro. *Confins*, [s. l.], n. 41, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/21754> Acesso em: 10 abr. 2022.

Recebido em: 17/02/2023 – Aprovado em: 20/05/2023